

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A GLOBALIZAÇÃO¹

Adriano Moreira

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Começemos por chamar a atenção para a necessidade de prestar algum cuidado à permanência da semântica para além da mudança da realidade, sendo frequente que a designação se mantenha com uma total mudança de conteúdo. Quando falamos de *relações internacionais*, rigorosamente estamos ligados a uma conceção que apenas correspondeu a um projeto ideológico que tomou relevo depois da guerra de 1914-1918, com os 14 Pontos do Presidente Willson dos EUA, ao incluir no projeto de paz o princípio de que – *a cada nação deve corresponder um Estado*.

De facto, não apenas o conceito de Nação apenas ganhou real importância depois da Revolução Francesa, de acordo com o axioma de Lord Acton, segundo o qual a regra é que o Estado preceda a Nação, e não que a Nação preceda o Estado. Na orientação de raiz francesa, divulgou-se o pensamento europeu que coloca em evidência a solidariedade baseada na história passada e vivida em comum, a vontade de viver em comum, e decisão de lutar por um futuro comum; talvez porque a campanha napoleónica destruiu muita da estrutura monárquica mas plural da Alemanha, fez carreira o pensamento que viria a evidenciar a identidade étnica como fonte da solidariedade do povo acima das decisões políticas, em regra monárquicas, ficando célebre a anotação de Goeth, sobre a batalha de Valmy, onde os soldados gritavam *viva a França* e não *viva o Rei*.

O facto é que, não obstante o projeto napoleónico ambicionar uma coexistência entre os modelos *Nação-Estado* e *Supremacia Napoleónica*, e ainda o facto da sua derrota e exílio pela frente legitimista, a evolução viria, com os citados pontos de Willson, a destruir os impérios europeus em 1918: Alemão, Austro-Húngaro,

¹ Conferência de Encerramento do Seminário de Relações Internacionais, realizado na Academia Militar no âmbito da Unidade Curricular - Teoria das Relações Internacionais (4ºAno/Armas) para o Exército e GNR_26 de junho de 2015.

Russo, Turco, fazendo da Nação o elemento politicamente dominante, não obstante existirem, ou em curso, outras definições de solidariedade mais vastas, como ocidentalismo, cristandade, e até etnicidade. De facto, continuou a existir uma espécie de contradição entre *páís* (country) e *Estado-Nação*, porque nem todos os que passaram a existir assentavam naquela realidade tornada superior, porque os Estados-multiétnicos continuaram a existir.

A crise atual da União Europeia, em que se inclui o fenómeno das *pequenas pátrias* clamando por independência, soberania, e reconhecimento, como acontece em Espanha, na Inglaterra, na França, mostra que o problema permanece e inquieta. Mas o facto é que o valor cívico e semântico da Nação passou também a caracterizar quer movimentos políticos, quer da sociedade civil. É assim que vamos encontrar realidades como o *sovietismo nacional* que Kaarl Kadek lançou em 1919 com o objetivo de reconciliar o bolchevismo com o nacionalismo, que esta última expressão exprimiou a fidelidade e orgulho de pertencer a uma *nação* cuja existência e interesses eram considerados estratégicos e superiores aos privados, depois o *nacional socialismo*, que também apareceu em 1919, viria a servir de lema ao partido que conduziu Hitler ao poder, implicou a investigação e até luta pelo *interesse nacional* que assegure a sobrevivência da Nação, e que finalmente designasse o que os economistas chamaram *National Income*, e os partidos socialistas inscrevessem nos programas a *nacionalização* entendida como aquisição pelo Estado da gestão de atividades e bens antes a cargo da iniciativa e responsabilidade privadas.

Tudo se traduz em que o valor representado pela *realidade nação* atingiu uma abrangência semântica que não tem necessariamente como conteúdo a realidade comunitária chamada *Nação*, mas passou também a designar as relações entre as soberanias, ainda que estas fossem multinacionais, multiétnicas, ou multirreligiosas. O que foi exigido pela doutrina foi que, como doutrinou Blackstone, nos seus *Commentaries on Laws of England* (1765-70), “... *There is an must be in every state a supreme, irrestible, absolute, and uncontrolled authority, in which the right of sovereignty resides*”.

É corrente admitir que o *nacionalismo*, que referimos como doutrina e prática que têm a supremacia da *nação* como valor político cimeiro, foi impulsionado pela vontade dos povos contra o projeto Napoleónico de subordinar a Europa, e designadamente a unificação imperial da Alemanha deve-lhe contribuição, mas o facto é que a relação entre os Estados ganhou a definição de *relações internacionais*, ainda que a realidade implicasse *soberanias multinacionais*: este facto deu autonomia ao conceito de *cidadania*, e que o *Estado em movimento*, no sentido de submeter territórios e povos a um regime colonial, exigisse novos conceitos como *nativos*, *indígenas*, *escravos*, mas, sobretudo, em consequência das chamadas guerras-mundiais, de 1914-1918 e 1939-1945, a busca da soberania mais afirmou – *deixem passar o meu povo* – para acabar com a submissão colonial do que invocou a *nação* que não era a natureza desses povos.

A primeira chamada Grande-Guerra, que terminou coberta pelos 14 Pontos de Willson – e do princípio Nação-Estado, criou uma organização Supranacional que foi a Sociedade das Nações: *a realidade supranacional* recebia forma pela aceitação de uma doutrinação secular que a vaticinava para os ocidentais, dando até origem ao que alguns autores chamam *Escola Ibérica da Paz*, mas a nova realidade não apagou a expressão complexa das chamadas relações internacionais. Todavia foram as referidas *Grandes Guerras*, a primeira extinguindo os Impérios europeus (Alemanha, Austro-Hungria, Rússia, Turquia) e a segunda os *Impérios Coloniais* de frente atlântica (Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, Portugal), que talvez devam ser consideradas entre as causas do que hoje chamamos *globalismo*. Não foi apenas o facto de o conflito militar ter abrangido a totalidade do globo. Usando o texto organizado por Robert Gerwarth e Erez Manela (*Impérios em Guerra*, Lisboa, 2014), notemos que “... o choque entre as potências europeias é visto em todo o seu contexto global como um combate travado por todo o mundo e que envolveu muitas sociedades mundiais...”. O que falta é o ponto de vista dos periféricos do império. Como é que australianos, canadianos, índios, sul-africanos, islandeses, camaroneses, gentes das Índias Ocidentais, birmanicos, tibetanos, e muitos outros, viveram, perceberam e reagiram à guerra?

A resposta, de maiores consequências, foi a descolonização do século XX com a presidência da ONU, por esta razão que os mesmos autores citam: os contingentes recrutados entre as populações submissas aos Impérios, e que vieram sacrificar-se aos milhares nas frentes defendidas pelas respetivas soberanias, “... *puderam partilhar histórias de vida na sua parte do Império, destacando as diferentes experiências não só nos domínios mas também entre soldados dos domínios e os de outras regiões do Império...*”.

Em suma, os *súbditos* colonizados e submetidos aprenderam que os *brancos* imperiais também eram vencíveis, que a liberdade podia contra eles ser obtida mais a soberania igual entre os Estados do mundo, não invocando sempre o valor da Nação que não era seu, mas simplesmente exigindo – Deixem passar o meu povo: Mandela, Gandhi, para invocar os que demonstraram vencer cultivando a santidade, ou Mao Tsé-Tung recorrendo às armas, servem de referência para que a expressão Relações Nacionais passasse a incluir novas realidades políticas, estas sem que o valor Nação existisse na sua realidade nova que era a do supranacionalismo que a ONU herdou e reforçou como herança da extinta Sociedade das Nações. Destaquemos, para fins apenas da exposição, alguns elementos relacionados com os textos da ONU e os factos, tal como os autores imaginaram que seriam controláveis pelo enquadramento normativo:

- 1) Estava presente que a guerra fora mundial;
- 2) Foi aceite que o *regime colonial* era inviável para o futuro;
- 3) Afirmaram a *igualdade dos Estados*, não das Nações porque este não era um conceito abrangente de todos os povos que seriam libertados;

- 4) Afirmaram o *ideal da paz*, embora reconhecendo a legalidade de algumas cinco formas de guerra, como a legítima defesa, a luta pela independência, a intervenção ordenada pela própria ONU;
- 5) Todavia, aceitaram que alguns Estados eram mais iguais que os outros, guardando o direito de veto para os EUA, a França, a Inglaterra, a URSS, e a China representada inexplicavelmente pela Ilha de Taiwan;
- 6) Os textos da Carta e a da Declaração de Direitos foram escritos por mãos e critérios ocidentais.

O resultado mais perturbador foi que a chegada à organização das áreas libertadas pelo anticolonialismo, e que pela primeira vez falavam, com liberdade de palavra, ao mundo, não entendiam os preceitos com sentido igual: basta lembrar os conceitos de propriedade, que os EUA e a URSS assumiram, o *conceito de família*, que todos subscreveram como fundamental, e o papel das *Religiões* às quais os Césares signatários reconheceram inteira liberdade.

Na evolução posterior os ocidentais e a URSS definiram uma Ordem dos Pactos Militares (NATO – VARSÓVIA) que durou meio século, de guerra improvável e paz impossível (Aron), adotaram uma política de metades (Duas meias Europas, Duas Alemanhas, Duas Cidades de Berlim, Duas Coreias, Dois Vietnams). Chegaram à Queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, e adotaram euforicamente um inesperado *neoriquismo*, que levou à crise econômica e financeira presentes, com estas consequências, entre outras:

- 1) Um inegável globalismo, de que adianta falarmos com mais detalhe;
- 2) Duas Europas, uma Rica e outra Pobre, esta fazendo reaparecer o *Limes Romano*, com Chipre, Grécia, Itália, Espanha, Portugal, com o amor europeu em decadência e esquecimento dos santos fundadores que foram os chefes de governo da França, da Alemanha, e da Itália, com os partidos nacionalistas a florescerem, com as pequenas pátrias a emergirem, com os pobres, os jovens, e os qualificados a imigrarem em busca de trabalho, pão na mesa, e futuro, com as autoridades da ONU em pousio (o Conselho Económico e Social nunca foi consultado), com os povos esgotados pela fadiga tributária, pelo desemprego, pela falta de esperança, com o Mediterrâneo transformado em cemitério, com o “Estado Islâmico, do Iraque e do Levante” a comunicar ao mundo que irá destruir a nova Roma, e recuperar os territórios perdidos há séculos, e de caminho liquidando as comunidades cristãs, deixando sem resposta esta pergunta: *a Europa está em paz, ou em guerra*, que lhe declararam com o terrorismo a crescer, as armas que buscam “zero mortos” em multiplicação, e finalmente “guerra por toda a parte”, designadamente do Cairo ao Cabo.

Em guerra ou anúncio dela, o certo é que a regulação do globalismo da ONU, a partir do Conselho de Segurança, com a anunciada política de prevenção, intervenção, e pacificação, defronta pelo menos os seguintes desafios dos factos:

As chamadas potências do tempo da sua fundação, cujo poder se media pela capacidade militar, e cujo privilégio de *veto* resultava da glória assumida de imaginarem terem ganho a guerra, quando apenas não a tinham perdido, enfrentando a redefinição do poder pela estratégia, ciência militar, a ter de ser ainda medido pela superioridade dos poderes financeiro e económico, afetados estes pelo domínio colonial perdido das matérias primas e dos mercados dos produtos acabados, além do poder de impor salários e regimes de trabalho exploratórios com essa perda imperial, aparecendo ainda uma componente nova, que é a *estratégia do saber*; depois os emergentes, como a China colocada, por analistas como Jean-Luc Domenach, entre os *soft power* e *hard power*, mas tendo *mostrado a bandeira* no mar de que há séculos se retirara guardando a bússola de sua invenção; a dinâmica islâmica no mundo árabe com a correspondente crescente islamofobia nos ocidentais; proliferação das armas ligeiras e da privatização da guerra com centenas de milhares de crianças a combater do Cabo ao Cairo; o terrorismo de Bin Laden a evolucionar para Estado Islâmico do Iraque e do Levante; as mafias e outras criminalidades a exceder todas as seguranças; com os centros de decisão ignorados, ou sem cobertura legal como se passa com o G20. Para não alongar mais esta exposição, saliento:

1) o globalismo é visível porque os problemas antes da jurisdição interna, evoluíram para *internacionais*, estes para *transnacionais*, e todos progressivamente para subordinados a *exigências globais*; as tentativas de racionalização, que nasceram com a ONU, viram essas instituições encaminharem-se para a *passividade*, bastando lembrar que a crise económica e financeira mundial não fez convocar o Conselho Económico e Social, e que a pobreza crescente, que sobretudo atinge os nossos trabalhadores, não viu renascer a intervenção do BIT;

2) a nova hierarquia das potências inspirou *Regionalismos*, como é o caso da União Europeia: mas esta enfrenta a crise, e a divisão marcada pelo *Limes Romano* renascido, sem ter conceito estratégico, e com evidentes dificuldades de decidir-se entre *uma Alemanha Europeia ou uma Europa Alemã*, entre ser a *Grécia* um problema europeu ou apenas grego com as alterações de solidariedade imagináveis, ao mesmo tempo que acrescenta aos temas do globalismo a questão dos *conflitos entre a memória e os tratados*.

O caso da Alemanha tem aparentemente que ver com não ter esquecido a *memória imperial* e a vocação do diretório, assim como o anunciado *Império do Meio* de Putin parece ter que ver com o facto de a Igreja Ortodoxa Russa, quando os turcos chegaram às portas de Viena, ter declarado: a I Roma caiu, a II Roma caiu, a III

Roma não cairá. O discurso de Putin que afirma que a *fronteira de interesses* da atual Rússia vai além da *fronteira geográfica*, tem demonstração na situação da Ucrânia: o falhado partenariado entre a Rússia e a Europa, o poder militar chinês, a capacidade americana virada sobretudo para a Ásia e Pacífico, o crescimento da Índia, a desordem do crescimento do poder nuclear (Irão), as desordens migratórias, tudo pode resumir-se no *Outono Ocidental*, com esta pergunta: será que o Estado ainda é a invenção capaz de governar?

Por tudo, conviria meditar seriamente sobre a *dimensão e partilha do saber*, que os EUA autonomizaram. Isto porque tendo criado a denominação do *globalismo* a partir dos efeitos, designadamente que mais de metade dos Estados filiados na ONU não tem sequer capacidade para responder aos desafios da natureza (terramotos, tsunamis, inundações, pestes), não conhecemos a estrutura interna da real situação, isto é, as redes que se multiplicam, a maneira como interferem, a coincidência ou não concordância entre as fronteiras de interesses que, tal como no passado, tenderão para alterar a geografia da “*terra casa comum dos homens*”, sabendo que a relação dos homens com ela tende para deficitária.

Por isso, a quarta dimensão da Universidade, em sentido amplo, tende para *global*, isto é, ultrapassar a experiência da interdisciplina do século passado pela transdisciplina capaz de preencher eficazmente as capacidades do saber e do saber fazer, para reinventar uma nova ordem, antes que a desordem vigente apague os passos na areia que as gerações passadas deixaram como legado.

Lisboa, 26 de junho de 2015